

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 4198/2018-PGJ, DE 10.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Juizados Especiais Adjuntos constantes do quadro a seguir, em razão de ausência dos titulares, por compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Juliano Albuquerque	17 a 19.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos
Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	11.12.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Naviraí	Daniel Pivaro Stadnik

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4199/2018-PGJ, DE 10.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PERÍODO INDEFERIDO	PROCESSO
Fabio Ianni Goldfinger	2013/2018	PGJ/10/3735/2018
Ricardo de Melo Alves	2013/2018	PGJ/10/3734/2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4176/2018-PGJ, DE 7.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as servidoras Carolina Pontes Andreussi e Caroline Pires Aquino, ocupantes do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101 e o servidor Paulo Roberto da Silva, ocupante de cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Sindicante para apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos constantes no Processo PGJ/10/4319/2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4220/2018-PGJ, DE 11.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, tendo em vista o disposto no artigo 258 da Lei nº 1.102/90, e diante das razões apresentadas pela Presidente da Comissão Sindicante,

R E S O L V E :

Prorrogar, por trinta dias, a partir de 24.11.2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante instaurada por intermédio da Portaria nº 3140/2018-PGJ, de 17.9.2018, publicada no DOMP nº 1.821, de 19.9.2018, para apurar os fatos constantes do Processo PGJ/10/2962/2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4206/2018-PGJ, DE 11.12.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO que, conforme o artigo 140, § 2º, da Lei Complementar nº 72/1994, com redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016, *“São considerados feriados, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, o período compreendido entre os dias 20 de dezembro e 6 de janeiro, os feriados nacionais e outros previstos pelas normas pertinentes”*;

CONSIDERANDO que o artigo 15 da Resolução nº 24/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, estabelece que *“aos servidores do Quadro do MPMS que permanecerem de plantão no feriado forense será concedido o direito à compensação por dia de efetivo exercício. Parágrafo único. Considera-se como dia efetivamente trabalhado aquele no qual o servidor registrar o ponto no horário de entrada e de saída, conforme o art. 12 desta Resolução, tendo cumprido todo o expediente forense, bem como aquele no qual o servidor cumprir o plantão em regime de sobreaviso, nos dias indicados na respectiva escala de plantão”*;

CONSIDERANDO a Resolução nº 244, de 12 de setembro de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta o expediente forense no período natalino;

CONSIDERANDO o estabelecido na Resolução nº 71, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o regime de plantão em primeiro e segundo grau de jurisdição; e

CONSIDERANDO o Provimento nº 383, de 29 de novembro de 2016, do Conselho Superior da Magistratura, que dispõe sobre o Plantão Judiciário no feriado forense de 20 de dezembro a 6 de janeiro,

R E S O L V E :

Art. 1º O horário de expediente no âmbito do Ministério Público Estadual, no período de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019 (feriado forense), será das 9h às 12h.

Art. 2º Os servidores do Quadro do Ministério Público que estiverem em pleno exercício de suas atividades no feriado forense, bem como aqueles que cumprirem o plantão em regime de sobreaviso, nos dias indicados na respectiva escala de plantão, terão direito a compensação.

Parágrafo único. A compensação a que se refere o *caput* deste artigo deverá ocorrer durante o ano de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 28/2018/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2015.00000052-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na obra de pavimentação asfáltica da rodovia estadual MS 436, que interliga os municípios de Alcinópolis e Camapuã, passando pelo município de Figueirão. **2) Inquérito Civil nº 06.2015.00000119-0 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **3) Inquérito Civil nº 06.2015.00000368-8 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **4) Inquérito Civil nº 06.2016.00000113-9** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Laguna Carapã - Assunto: Apurar eventual violação ao princípio constitucional da publicidade, praticada, em tese, pelo Município de Laguna Carapã, em virtude da dificuldade encontrada no acesso ao Edital do Pregão Presencial nº 27/2015. **5) Inquérito Civil nº 06.2016.00000429-1** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerentes: Ministério Público Estadual e Serli Alencar de Almeida - Requerido: Nogueira Transportes Ltda.-ME - Assunto: Apurar a regularidade ambiental do exercício da atividade de fabricação de ração para animais no empreendimento Nogueira Transportes Ltda.-ME, situado na Rodovia MS 379, Km 15, na zona rural do município de Laguna Carapã/MS. **6) Inquérito Civil nº 06.2016.00000670-1 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **7) Inquérito Civil nº 06.2016.00000722-2** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a legalidade da contratação da servidora Alisie Pockel Marques, para exercer o cargo em comissão de advogada do município de Laguna Carapã. **8) Inquérito Civil nº 06.2016.00000732-2** - 10ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de médicos pelo município de Dourados e FUNSAUD. **9) Inquérito Civil nº 06.2016.00000910-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Itaporã - Assunto: Apurar eventual ilegalidade no Contrato nº 216/2016, firmado entre o Município de Itaporã/MS e a empresa Atitude Ambiental LTDA, que tem por objeto a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos hospitalares produzidos pelo Hospital Municipal Lourival Nascimento da Silva e ESF's. **10) Inquérito Civil nº 06.2017.00000086-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Luiz Mella - Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do desmatamento sem autorização de 21,11 ha na fazenda Reis de Ouro, nesta cidade de Nova Andradina/MS. **11) Inquérito Civil nº 06.2017.00000183-2 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara. **12) Inquérito Civil nº 06.2017.00000262-0** - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados - Requerentes: Camila Barbeiro Faleiros Colla e outros - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Dourados - Assunto: Apurar notícia de eventual contratação precária ilegal, de médicos generalistas, a despeito da existência de profissionais aprovados em recente concurso público. **13) Inquérito Civil nº 06.2017.00000348-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa relacionada à contratação de empresa de filmagens pelo Executivo Municipal de Nova Andradina/MS. **14) Inquérito Civil nº 06.2017.00000413-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Porto Murtinho - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de Agentes Comunitários de Saúde, em observância das normas contidas na Lei nº 11.350/2016. **15) Inquérito Civil nº 06.2017.00000777-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Três Lagoas - Assunto: Apurar eventual desvio de finalidade no emprego de verbas públicas relativas ao FUNDEB no pagamento de motoristas do município de Três Lagoas. **16) Inquérito Civil nº 06.2017.00000866-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Selvíria/MS - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente do depósito de lixo urbano em local inadequado, conforme a conduta prevista no art. 54, §2º, V da Lei nº 9.605/98. **17) Inquérito Civil nº 06.2017.00000904-6 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca

de Campo Grande. **18) Inquérito Civil nº 06.2017.00001081-0** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual omissão, por parte do Estado de Mato Grosso do Sul, no tocante ao dever constitucional de promover políticas públicas para pessoas com deficiência. **19) Inquérito Civil nº 06.2017.00001443-8** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ivinhema - Requerente: Maurício Salvador da Trindade - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual violação aos direitos individuais indisponíveis inerentes às crianças e aos adolescentes usuários do transporte escolar, residentes na Gleba Jaborandi, em razão da omissão do município de Ivinhema em fornecer transporte de forma segura. **20) Inquérito Civil nº 06.2017.00001509-2** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Comandante do Corpo de Bombeiros de Porto Murtinho - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual descaso do Estado de Mato Grosso do Sul, no que tange à reforma e manutenção do prédio da Escola Estadual José Bonifácio, localizada neste Município. **21) Inquérito Civil nº 06.2017.00001632-5** - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Iguatemi - Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil - Iguatemi-MS - Requerida: OI S/A - Assunto: Apurar os motivos da péssima qualidade e velocidade da internet banda larga oferecida pela empresa OI S/A no município de Iguatemi. **22) Inquérito Civil nº 06.2017.00001646-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Usina Rio Paraná S.A - Assunto: Apurar possível dano ambiental nas margens e leito do córrego Dinarte, nos locais denominados de fazenda Santa Odila e Terra Indígenas Cerrito, Eldorado/MS. **23) Inquérito Civil nº 06.2017.00001752-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio Carlos Carreira - Assunto: Verificar possível desmatamento de uma área de 150 ha, sem autorização ambiental, na propriedade rural denominada fazenda Coração de Jesus, localizada no município de Aquidauana, de propriedade de Antônio Carlos Carreira. **24) Inquérito Civil nº 06.2017.00001774-6** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Geraldo Perri Morais - Assunto: Apurar ocorrência de processo erosivo na fazenda Guavira, em Iguatemi-MS, de propriedade de Geraldo Perri Morais. **25) Inquérito Civil nº 06.2017.00001792-4 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado. **26) Inquérito Civil nº 06.2017.00002299-3** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Wilson Simões Pessoa - Assunto: Apurar a ausência de conexão com a rede pública de água e de coleta e tratamento de esgoto, verificada, em tese, no imóvel situado à Avenida José Nogueira Vieira, nº 2.354, bairro Tiradentes, CEP 79042-010, nesta Capital (MS), com inscrição imobiliária de nº 06550060050 e certidão de matrícula de nº 133.698, cujos proprietários são as pessoas de Wilson Simões Pessoa e Simone Cruz. **27) Inquérito Civil nº 06.2017.00002381-5** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: 15º Batalhão de Polícia Militar Ambiental /CPE - Requerido: Rafael Gonçalves de Souza - Assunto: Apurar a degradação ambiental de área de preservação permanente, representada pela remoção de árvores e da modificação de curso d'água, na fazenda São Paulo, situada na BR 163, KM 430, em Campo Grande/MS. **28) Inquérito Civil nº 06.2017.00002402-5 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **29) Inquérito Civil nº 06.2018.00000037-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Calcário Miranda Ltda.-EPP - Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade ambiental consistente na ausência de recuperação de área utilizada para exploração/extração de recursos minerais (calcário), nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente, na empresa denominada Calcário Miranda Ltda.-EPP, situada no município de Miranda/MS. **30) Inquérito Civil nº 06.2018.00000280-2** - 2ª Promotoria de Justiça de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Empreendimento “Alho Cadorin” - Assunto: Apurar eventual poluição sonora produzida pelo empreendimento denominado “Alho de Cadorin”, situado na rua João Pereira Franco, nº 441, bairro Senhor Divino, de propriedade de Idolir Antonio Cadorin. **31) Inquérito Civil nº 06.2018.00000315-6** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Itaquiraí - Requerente: Município de Itaquiraí - Requerido: Município de Itaquiraí/MS - Assunto: Verificar a possibilidade do município ampliar o atendimento oferecido aos alunos atendidos pela APAE em relação ao transporte escolar, garantindo que seja realizado o deslocamento dos atendidos residentes na área rural até a referida instituição. **32) Inquérito Civil nº 06.2018.00000363-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rubens Lima Sortica dos Santos, Estância Água Clara - Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade ambiental consistente na supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, sem a permissão ou autorização da autoridade competente, na Estância Água Clara, situada no município de Bodoquena/MS. **33) Inquérito Civil nº 06.2018.00000689-7 (Sigiloso)** - 50ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Campo Grande. **34) Inquérito Civil nº 06.2018.00000840-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda - Requerentes: Ministério Público Estadual e a Polícia Militar Ambiental - Requerida: Fazenda Santa Rita - Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em extrair mineral (cascalho) em área de preservação permanente, em desacordo com a autorização/licença do órgão ambiental competente, na fazenda

Santa Rita, situada no município de Bodoquena/MS. **35) Inquérito Civil nº 06.2018.00000851-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema - Requerente: Câmara Municipal de Ivinhema - Requerido: Município de Ivinhema - Assunto: Apurar eventual omissão na instalação e no funcionamento das Unidades de Estratégia da Saúde da Família “Dos Ipês” e “Das Palmeiras”. **36) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000870-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Halk Hookah e All Smoke - Assunto: Apurar a regularidade jurídica dos estabelecimentos comerciais denominados "Halk Hookah" e "All Smoke", situados nesta cidade. **37) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000998-3** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Apurar a eventual existência de áreas institucionais sendo ocupadas indevidamente, para fins particulares. **38) Inquérito Civil nº 06.2018.00001034-6** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Claudelina Vicente Melinsck, Mauro Melinsck, Oshita Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EPP e Pedro Germano Abreu da Silva & Cia Ltda. - ME - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais e possíveis violações à Lei Federal nº 6.766/79 consistente nos loteamentos clandestinos situados em imóveis na zona rural de Campo Grande, de possíveis matrículas nº 174.941 e nº 258.354 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição (área 1-c, 1-d e 1-e do desmembramento). **39) Inquérito Civil nº 06.2018.00001043-5** - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Glória de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Glória de Dourados - Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de estagiários para atuar como apoio das crianças com necessidades especiais. **40) Inquérito Civil nº 06.2018.00001125-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara - Requerente: César Daniel Guarini Rodrigues da Silva - Requerida: Câmara Municipal de Água Clara - Assunto: Apurar o pagamento irregular de diárias pelo Poder Legislativo. (IC nº 12/2013). **41) Inquérito Civil nº 06.2018.00001178-9 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó. **42) Inquérito Civil nº 06.2018.00001340-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município Mundo Novo - Assunto: Apurar irregularidades no Pregão Presencial n. 001/2013 realizado pela Administração do Município de Mundo Novo/MS. (IC nº 01/2014). **43) Inquérito Civil nº 06.2018.00001451-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Marco Andrei Guimarães e o município de Porto Murtinho/MS - Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo e acumulação indevida de cargos. **44) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001544-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: VM Câmara-EPP - Auto Posto Santa Rosa, Valdecir Pereira dos Santos - EPP - Auto Posto Vitória - Assunto: Apurar possível funcionamento ilegal dos postos de gasolina averiguados no auto de constatação realizado pela 1ª Promotoria sem licenciamento ambiental. **45) Inquérito Civil nº 06.2018.00001548-5 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **46) Inquérito Civil nº 06.2018.00001575-2 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista. **47) Inquérito Civil nº 06.2018.00001598-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerentes: DAEX-Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução.-PGJ e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Claudinê Gonçalves Costa e outra - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel denominado fazenda Barra Bonita, de propriedade de Claudinê Gonçalves Costa e outra, as margens do Rio Apa. **48) Inquérito Civil nº 06.2018.00001663-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Dari Eberhard, fazenda Entre Rios - Gleba 05 - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel denominado fazenda Entre Rios - Gleba 05, de propriedade de Dari Eberhard e outra, as margens do Rio Apa. **49) Inquérito Civil nº 06.2018.00001664-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerentes: DAEX - Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução e o Ministério Público Estadual - Requerida: Maria Loureiro Pinheiro - Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel denominado fazenda do Chefão, de propriedade de Maria Loureiro Pinheiro, as margens do Rio Apa. **50) Inquérito Civil nº 06.2018.00001710-6** - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados - Requerentes: 11ª Promotoria de Justiça de Dourados e o Ministério Público Estadual - Requerido: Município Dourados/MS - Assunto: Apurar a ausência de estrutura material e recursos humanos mínimos, inclusive de profissionais médicos, na Unidade Básica de Saúde do Distrito de Indápolis. **51) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001748-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerentes: Jonas Orlando Rotilli e o Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara de Vereadores de Japorã/MS - Assunto: Apurar notícia de pagamento excessivo de diárias, no ano de 2017, pela Câmara de Vereadores de Japorã/MS. **52) Inquérito Civil nº 06.2018.00001790-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo Secretário Municipal de Educação de Nova Andradina. **53) Inquérito Civil nº 06.2018.00001799-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi - Requerente:

Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar suposta prática de nepotismo na Prefeitura Municipal de Iguatemi, com base nas informações colhidas na Notícia de Fato nº 01.2018.00001100-1. **54) Inquérito Civil nº 06.2018.00001891-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerentes: 15º Batalhão de Polícia Militar /CPE/3º GPMA de Batayporã e o Ministério Público Estadual - Requerido: Adelmo Perina Júnior - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na fazenda Faixa Branca, nesta Cidade, em virtude da abertura de drenos em área de preservação permanente sem autorização do órgão competente. **55) Inquérito Civil nº 06.2018.00001904-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual despejo inadequado de água servida em via pública, localizado na rua Herculano Pena, Centro, nesta Cidade, o qual está acelerando o desgaste do asfalto e provocando buracos, gerando prejuízo à população. (IC 013/2016 Migrado para o SAJMP). **56) Inquérito Civil nº 06.2018.00002113-2 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **57) Inquérito Civil nº 06.2018.00002114-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Gilberto Marcondes - Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da área de preservação permanente e reserva legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade Rancho Moeda, localizada às margens do Rio Apa. **58) Inquérito Civil nº 06.2018.00002128-7** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Anaurilândia/MS - Assunto: Verificar a aplicação de recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Anaurilândia em eventual acordo formulado com a CESP - Companhia Energética do Estado de São Paulo. **59) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002176-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Master Med Saúde Cartões Ltda. - Assunto: Apurar eventual lesão aos direitos dos consumidores em razão do cartão de desconto Master Med Card. **60) Inquérito Civil nº 06.2018.00002180-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Batayporã - Assunto: Apurar o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia Energética de São Paulo - CESP, relativas ao município de Batayporã. **61) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002259-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranaíba - Assunto: Apurar eventual ocupação irregular nas imediações da rua dos Buritis no bairro Santo Antônio no município de Paranaíba. **62) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002329-6 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **63) Inquérito Civil nº 06.2018.00002345-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Porto Murtinho e Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente, em especial, no que tange a pagamentos e serviços de transporte de coleta de resíduos sólidos hospitalares, prestado ao Município de Porto Murtinho, através da Conta do Fundo Municipal do Meio Ambiente, referentes ao IC nº 005/2016. **64) Inquérito Civil nº 06.2018.00002561-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Clovis Cordeiro Rudge Ramos - Assunto: Apurar o dano ambiental decorrente do armazenamento irregular de produtos ou substâncias tóxicas na propriedade rural denominada Fazenda Tupi, localizada no Município de Nova Andradina/MS. **65) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002568-3** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: D & R - Restaurante - EIRELI, Marcilio Mendonça - Assunto: Apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no restaurante Guacamole - Cocina Mexicana. **66) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002586-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica - Requeridos: Empresa Carrão Baterias Ltda.- EPP e Fábio Augusto Bonilha Fernandes - Assunto: Registrar a autuação da Polícia Militar Ambiental do município de Costa Rica/MS, em desfavor da Empresa Carrão Baterias Ltda EPP, por transportar produtos perigosos a saúde humana e ao meio ambiente em desacordo com as normas vigentes. **67) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002689-3** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito de Anhanduí da comarca de Campo Grande - Assunto: Apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no Serviço Notarial e de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Anhanduí, em Campo Grande. **68) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002783-7** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: 3º Serviço Notarial da comarca de Campo Grande - Assunto: Apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no 3º Serviço Notarial de Campo Grande. **69) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002787-0** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério

Público Estadual - Requerido: Serviço de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da comarca de Campo Grande - Assunto: verificar a acessibilidade no Serviço de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da comarca de Campo Grande.

70) Inquérito Civil nº 06.2018.00002876-9 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Paranhos - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação e execução da obra de pavimentação e drenagem na rua Frutuoso Silveira da Cunha, em Paranhos/MS.

71) Inquérito Civil nº 06.2018.00003025-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível funcionamento de empreendimento sem a devida autorização do órgão competente para o armazenamento e comércio de combustíveis, inicialmente apurados nos autos do Inquérito Civil 002/2PJI/2017.

72) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003169-6 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Batayporã/MS - Requerido: Ronivon Flávio Rodrigues - Assunto: Apurar possível ocorrência de danos ambientais decorrentes de corte de árvores nativas sem a devida licença ambiental, na propriedade rural localizada na Linha Água da Onça, lote nº 654, Novo Horizonte do Sul.

73) Inquérito Civil nº 13/2015 - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar o não fornecimento da opção de aplicação da analgesia em parto normal, tanto na rede pública quanto na rede privada.

74) Inquérito Civil nº 19/2016 - Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS - Assunto: Apurar a necessidade de adoção de medidas para a garantia de acessibilidade na Escola Arco Íris, administrada pela Associação Pestalozzi, bem como o fornecimento de transporte a estudantes da instituição.

75) Inquérito Civil nº 13/2015 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual denúncia anônima de esquema de desvio de dinheiro público.

76) Inquérito Civil nº 14/2015 - Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Servidores da Polícia Civil da comarca de Nova Alvorada do Sul - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na utilização indevida de veículos apreendidos e recolhidos nas dependências da Delegacia de Polícia de Nova Alvorada do Sul por parte de servidores públicos na unidade policial.

77) Inquérito Civil nº 2/2016 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cooperativa Copagril - Assunto: Apurar suposta poluição ambiental produzida pela Cooperativa Copagril no processamento de grãos de milho.

78) Inquérito Civil nº 16/2015 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Concessionária da Rodovia Sul-mato-grossense S/A - Assunto: Acompanhar as obras de duplicação da rodovia BR 163 no município de Nova Alvorada do Sul e seus reflexos no perímetro urbano da cidade.

79) Inquérito Civil nº 2/2017 - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual interrupção de transporte escolar, por parte do município de Nova Alvorada do Sul/MS, no assentamento de Volta Redonda.

80) Inquérito Civil nº 1/2013 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul - Assunto: Apurar eventual falta de estrutura adequada nos serviços municipais de atendimento à criança e ao adolescente, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social.

81) Inquérito Civil nº 30/2016 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Airto Machado Barbosa - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais oriundos de Supressão vegetal, sem autorização do órgão licenciador área de vegetação arbórea já construída, localizada na fazenda Coqueiro, município de Bonito MS.

82) Inquérito Civil nº 5/2015 - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Apurar falta de repasse de verba pública municipal para o Hospital Darci João Bigaton de Bonito/ MS.

83) Inquérito Civil nº 9/2013 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Apurar eventual irregularidades no sistema de organização dos Balneários em relação a capacidade de carga diária de turistas, e ao sistema de controle “Voucher Único”.

84) Inquérito Civil nº 16/2015 - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Ingrid Cristaldo de Melo e o município de Campo Grande - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Sítio nº 124”, pertencente a Ingrid Cristaldo de Melo, representada pelo seu pai William José de Melo, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

85) Inquérito Civil nº 39/2015 - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Campo Grande e Sória & Sória Ltda. - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Área R4, pertencente à Sória & Sória Ltda., localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS.

86) Inquérito Civil nº 81/2008 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio

Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Osvane Aparecido Ramos e Tenir Miranda - Assunto: Apurar eventual inexistência/irregularidade de licença, reserva legal a recompor, degradação de área em APP e o desmatamento de 23,3ha sem autorização na fazenda Boa União. **87) Inquérito Civil nº 43/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marcelo Boeira Aranda - Assunto: Visando a apurar eventual dano ambiental em decorrência de exploração ilegal de vegetação nativa, na fazenda Ceita Corê no município de Bonito/MS. **88) Inquérito Civil nº 46/2013** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João Tito da Cruz Vargas, fazenda Guajuvira - Assunto: Apurar eventual corte e exploração ilegal de árvores da espécie aroeira na propriedade denominada fazenda Guajuvira. **89) Inquérito Civil nº 155/2008** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sun Music Ltda. - Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas em TAC referentes à Estância Cristalina no que concerne à regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como implemento de medidas de conservação do solo. **90) Inquérito Civil nº 15/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jefferson Doretto de Souza - Assunto: Apurar eventual corte irregular de árvores nativas isoladas, em parte da propriedade denominada fazenda São Miguel. **91) Inquérito Civil nº 70/2010** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: SMX Rural Ltda. - Assunto: Apurar eventual irregularidade na área de preservação permanente e reserva legal na propriedade denominada fazenda Formoso (parte). **92) Inquérito Civil nº 13/2015** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Herdeiros de Waldemar Soares da Silva, Oberdan Amancio Alves de Lima e o município de Campo Grande - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Chácara Santo Antônio”, pertencente a Oberdan Amancio Alves de Lima e aos herdeiros de Waldemar Soares da Silva, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS. **93) Inquérito Civil nº 31/2015** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Agropecuária Lobo Ltda., e o município de Campo Grande - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Fazenda Lajeado”, pertencente à empresa Agropecuária Lobo Ltda., localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS. **94) Inquérito Civil nº 59/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Darlan Graça da Cruz - Assunto: Apurar existência de “enleiramento” de várias espécies florestais em vários pontos da propriedade, totalizando área de 19,70ha de supressão sem autorização ambiental correspondente, sendo que verificou tratar-se de uma área em fase de regeneração, o que vai a desacordo com a Resolução SEMAC nº008/11, art. 43, inciso 4º, descaracterizando a prática de limpeza de pastagem na fazenda Alegria. **95) Inquérito Civil nº 38/2015** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Campo Grande e William José de Melo - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Área R3, pertencente a William José de Melo, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS. **96) Inquérito Civil nº 22/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranhos/MS - Assunto: Apurar eventuais irregularidades cometidas pela Prefeitura de Paranhos/MS e diversas empresas de assessoria e consultoria em procedimentos licitatórios para prestação de serviço jurídico de tecnologia de informação. **97) Inquérito Civil nº 8/2015** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar os contratos firmados, incluindo termos aditivos, por parte do Secretário Municipal de Saúde com a empresa Real Food Alimentação Ltda., para fornecimento de marmitas para refeição, bem como o fornecimento de refeição Self-Service. **98) Inquérito Civil nº 14/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Everaldo José de Souza - Assunto: Apurar eventual corte irregular de árvores nativas isoladas, na propriedade denominada fazenda São Miguel - Parte. **99) Inquérito Civil nº 17/2014** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranhos-MS - Assunto: Apurar a regularidade do contrato administrativo celebrado entre o município de Paranhos e a empresa Wof Engenharia e Consultoria Ltda., para a implementação de Sistema de Cadastro Técnico Rural Multifinalitário, operacionalizado em ambiente da rede mundial de computadores, no que pertine ao esgotamento do objeto contratual, sua prorrogação e continuidade de pagamentos. **100) Inquérito Civil nº 18/2015** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Campo Grande e Rose Mary Ferreira da Cunha - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Sítio nº 126”, pertencente a Rose Mary Ferreira da Cunha, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS. **101) Inquérito Civil nº 17/2015** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos:

Município de Campo Grande e Rose Mary Ferreira da Cunha - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Sítio nº 125”, pertencente a Rose Mary Ferreira da Cunha, localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS. **102) Inquérito Civil nº 32/2013** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edir Domingos Perin - Assunto: Apurar notícia de desmate em APP do córrego Jenipapo (AI 08586 - IMASUL), mediante uso de moto serra (AI 08587 - IMASUL). **103) Inquérito Civil nº 37/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Laércio Padoin - Assunto: Visando apurar eventual dano ambiental em razão de supressão vegetal de 39,300ha, sem a devida licença ambiental, na fazenda Boa Sorte do município de Bonito/MS. **104) Inquérito Civil nº 27/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Claudemi da Silva, fazenda Canal - Assunto: Apurar eventual corte de árvores em área de preservação permanente ou cuja espécie seja especialmente protegida, sem permissão da autoridade competente, na propriedade denominada fazenda Canal. **105) Inquérito Civil nº 16/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Jakson Vargas Flores - Assunto: Apurar eventual corte irregular de árvores nativas isoladas, na propriedade denominada fazenda Singular. **106) Inquérito Civil nº 15/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antonio Ricardo Artigas - Assunto: Apurar eventual construção em área de preservação permanente, confrontante com o córrego Restinga. **107) Inquérito Civil nº 55/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual exploração de madeira, totalizando 70 árvores da espécie aroeira, na propriedade denominada fazenda São Pascoal. **108) Inquérito Civil nº 36/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropecuária Belo Horizonte - Assunto: Visando apurar eventual dano ambiental em razão de supressão irregular de árvores da espécie aroeira, na fazenda Machadinho do município de Bonito/MS. **109) Inquérito Civil nº 216/2008** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Manoel Ferreira de Araújo e outros - Assunto: Apurar eventual conservação de solo, ausência de memorial descritivo de reserva legal, degradação de área em APP. **110) Inquérito Civil nº 35/2013** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Leonildo Dias Costa - Assunto: Apurar eventual construção de açude em APP na fazenda Santa Helena (parte). **111) Inquérito Civil nº 22/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Glaucos Gomes Soares - Assunto: Apurar eventual notícia de desmate irregular na fazenda Coringa. **112) Inquérito Civil nº 30/2015** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Campo Grande e a Setpar Campo Grande Participações Ltda. - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado “Fazenda Guiné II”, pertencente à empresa Setpar Campo Grande Participações Ltda., localizado na Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado - APA do Lajeado, em Campo Grande/MS. **113) Inquérito Civil nº 20/2010 - Anexo A** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio José da Silva - Assunto: Apurar eventual irregularidade na área de Reserva Legal na propriedade denominada fazenda Vale Azul (Parte da Antiga fazenda União). **114) Inquérito Civil nº 10/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Acompanhar o andamento de projeto de instalação de Pequena Central Hidrelétrica – PCH no Rio Amambai. **115) Inquérito Civil nº 16/2016** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa pelo recapeamento com qualidade ímpar da avenida Eloy Chaves em Três Lagoas, avenida que, ao contrário de tantas vias públicas de nossa cidade, não estava com a malha asfáltica precária, sendo ainda a avenida em que um dos filhos da Prefeita é sabidamente sócio de empreendimento imobiliário em construção (prédio comercial), o que sugere velado e indevido favorecimento em final de mandato. **116) Inquérito Civil nº 6/2015** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Aquidauana - Requerentes: Wezer Lucarelli e Ouvidoria do MP - Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana - Assunto: Apurar denúncia a respeito da falta de medicamentos e materiais essenciais ao atendimento da população no Hospital Regional Estácio Muniz.

Campo Grande, 10 de dezembro de 2018.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA

Procuradora de Justiça e

Secretária Substituta do Conselho Superior do Ministério Público

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018.

7. Ordem do dia:

7.1. Matéria administrativa:

7.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre a seguinte designação: Portaria nº 3555/2018-PGJ, de 19.10.2018. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Adhemar Mombrum de Carvalho Neto e designá-lo para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área Criminal, até ulterior deliberação. *Deliberação: O Conselho, à unanimidade, referendou a portaria acima referida, sem ressalvas.*

7.1.2. Oitiva do Conselho Superior sobre a seguinte proposta: Ofício nº 0095/2018/ASSEP1/PGJ, de 25.10.2018. O Procurador-Geral de Justiça encaminha cópia de proposta de redação de nova regra de comunicação das dilações de prazo ao Conselho Superior do Ministério Público, tendo por objetivo simplificar e automatizar o processo. *Retirado de pauta.*

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000103-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Brutus Show Bar

Assunto: Apurar denúncia de poluição sonora e perturbação da tranquilidade, bem como a regularidade jurídica-ambiental do estabelecimento denominado Brutus Show Bar, localizada no município de Itaquiraí/MS.

EMENTA: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ITAQUIRAÍ/MS - IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS - CASA DE SHOW BRUTUS – AUSÊNCIA DE ALVARÁS, LICENÇAS AMBIENTAIS E DE OPERAÇÃO - POLUIÇÃO SONORA E PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO - DILIGÊNCIAS MINISTERIAIS - COMPROVAÇÃO DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES IRREGULARES - INTERRUPTÃO DA PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou verificado através dos documentos acostados aos autos e da vistoria realizada pela promotoria da comarca de origem que o responsável pela Casa de Shows Brutus, após ser notificado encerrou suas atividades, cessando a perturbação do sossego, demonstrando que as atividades irregulares que deram azo a instrução do presente inquérito civil não mais persistem. Desse modo, constatou-se resolutividade na atuação do representante ministerial, vez que os danos jurídicos e ambientais denunciados foram cessados, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002350-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental no Loteamento São João Aporé, localizado no município de Paranaíba/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE PARANAÍBA - IRREGULARIDADES NO LOTEAMENTO SÃO JOÃO DO APORÉ - REPRESENTAÇÃO DE PROPRIETÁRIO – ALGUMAS IRREGULARIDADES JÁ HAVIAM SIDO REGULARIZADAS – OUTRAS TRATAVAM-SE DE PRETENSÃO INDIVIDUAL E NÃO ERAM AFETAS À ATRIBUIÇÃO MINISTERIAL - AUSÊNCIA DE ESGOTO NO LOTEAMENTO INVESTIGADO - OBJETO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA INTERPOSTA PELA PROMOTORIA DO MEIO AMBIENTE – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. A promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista que dentre as irregularidades jurídico-ambientais denunciadas no Loteamento São João do Aporé, constatou-se que houve a abertura de todas as vias de circulação constantes no projeto, e que a ausência de pavimentação no loteamento não causa prejuízo a coletividade,

uma vez que as vias oferecem condições de tráfego, tratando-se de situação que não comporta da atuação ministerial. Já a ausência de implementação de esgoto no loteamento está sendo pleiteada através de ACP interposta pela Promotoria do Meio Ambiente da respectiva comarca, razão pela qual houve a perda superveniente do objeto do presente procedimento, impondo-se a homologação de arquivamento do mesmo.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 6/2013

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Porto Murtinho

Requerente: OAB/MS - Subseção de Porto Murtinho

Requerido: OI Telecomunicações S/A

Assunto: Apurar eventual prática de conduta lesiva aos consumidores por parte da empresa de Telefonia OI Telecomunicações S/A em razão da carência e ineficiência do serviço de acesso à internet banda larga disponibilizados à população.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PORTO MURTINHO/MS – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE CONDUTA LESIVA AOS CONSUMIDORES POR PARTE DA EMPRESA DE TELEFONIA “OI TELECOMUNICAÇÕES S/A”, EM RAZÃO DA CARÊNCIA E INEFICIÊNCIA DO SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA DISPONIBILIZADOS À POPULAÇÃO – MELHORIAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Observa-se das informações prestadas, que a ANATEL estabelece metas de cobertura e qualidade do serviço a serem observadas pelas Operadoras e que vem acompanhando o desempenho da rede através do Plano de Melhoria de Qualidade, atual Plano de Monitoramento de Redes. Informou, ainda, que o Município de Porto Murtinho é atendido pelo Programa Banda Larga na Escola, que tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet. Cumpre frisar que a empresa investigada vem trabalhando na melhoria constante de sua rede, no intuito de minimizar ocorrências que venham interferir no funcionamento dos equipamentos e serviços prestados, desenvolvendo continuamente esforços para ampliar e modernizar sua rede de serviços, na cidade de Porto Murtinho. Entrementes, é possível detectar que o presente procedimento perdeu o seu objeto, uma vez que não foram verificadas lesões aos direitos dos consumidores concernentes aos serviços de internet e multimídia, uma vez que a empresa requerida instala os serviços de internet quando há efetiva disponibilidade de portas, além de informar o consumidor quando constatada a inviabilidade da referida instalação no local pretendido. Assim, ante a inexistência de indícios da prática de ato lesivo ao consumidor, deve ser homologado o arquivamento do presente feito.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 2/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eduardo José Bernardes Filho

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural de propriedade de Eduardo José Bernardes Filho, bem como para adoção de medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE IVINHEMA/MS - MEIO AMBIENTE – APURAR A SITUAÇÃO JURÍDICO AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL “FAZENDA VISTA ALEGRE” E A ADOÇÃO DAS MEDIDAS NECESSÁRIAS DA ÁREA DE RESERVA LEGAL E PRESERVAÇÃO PERMANENTE, COM NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES – DANOS AMBIENTAIS MITIGADOS – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES – INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CAR/MS/IMASUL – ENUNCIADO Nº 10- CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Restou comprovado nos autos que os danos ambientais encontrados na Fazenda Vista Alegre foram mitigados em sua integralidade, bem como o referido imóvel rural encontra-se devidamente inscrito no CAR/MS sob nº 0000114. Assim, ante a inexistência de dano ambiental na propriedade investigada e em conformidade com o disposto no Enunciado nº 10 do CSMP, impõe-se a promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001355-7 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000396-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Lucelia Ferreira Nunes

Assunto: Apurar eventual funcionamento irregular de poço artesiano no imóvel situado na Rua Cândido Severino, n. 487, Centro, Camapuã, de propriedade de Lucélia Ferreira Nunes

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ - APURAÇÃO DE EVENTUAL FUNCIONAMENTO IRREGULAR DE POÇO ARTESIANO LOCALIZADO EM POUSADA DE ÁREA URBANA - CONSTATAÇÃO DA NECESSIDADE DE CADASTRO ATIVO NO SISTEMA IMASUL DE REGISTROS E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DO MEIO AMBIENTE (SIREMA) PARA REGULARIDADE DA DECLARAÇÃO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS (DURH) - CADASTRO EM SITUAÇÃO PENDENTE ANTE A NECESSIDADE DE OUTRAS INFORMAÇÕES A SEREM PRESTADAS PELA PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL INVESTIGADO - PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS À REGULARIZAÇÃO TOMADAS PELO IMASUL - AUSÊNCIA DE MOTIVO PARA CONTINUIDADE INVESTIGATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Homologa-se o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar eventual funcionamento irregular de poço artesiano localizado em pousada de área urbana, porquanto, no curso do processo, restou averiguado que embora constatada a necessidade de cadastro ativo no Sistema IMASUL de Registros e Informações Estratégicas do Meio Ambiente (SIREMA) para regularidade da Declaração de Uso de Recursos Hídricos (DURH), a medida indispensável à validação do cadastro em referência foi tomada pelo IMASUL quando do registro da NT 001490/2018 para a requerida providenciar o comprovante de ligação de água e prestar outros esclarecimentos pertinentes às pendências abertas, de modo que não subsiste motivo para a continuidade das investigações.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000147-6 – SIGILOSO

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001068-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Cássio Roberto Gradela

Requerida: Pedreira Santa Marta Ltda - ME

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Fazenda São Paulo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - APURAÇÃO DE EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA FAZENDA SÃO PAULO DECORRENTE DA ATIVIDADE DE MINERAÇÃO OCORRIDA NA PROPRIEDADE VIZINHA, FAZENDA SANTA MARTA, DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PEDREIRA SANTA MARTA LTDA-ME - VISTORIA TÉCNICA REALIZADA PELO IMASUL - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DANO NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - CONSTANTE CUIDADO COM A ÁREA CORRESPONDENTE - NÃO EVIDÊNCIA DE SUPRESSÃO VEGETAL - VEGETAÇÃO UNIFORME - NASCENTE DE ÁGUA PRESERVADA - OBJETO EXAURIDO - APLICAÇÃO DO ARTIGO 26, CAPUT, DA RESOLUÇÃO Nº 15, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007/PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Com acerto o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar notícia de eventual dano ambiental na Fazenda São Paulo, decorrente da atividade de mineração ocorrida na propriedade vizinha, Fazenda Santa Marta, de responsabilidade da empresa Pedreira Santa Marta LTDA-ME, porquanto constatado pelo IMASUL o constante cuidado com a Área de Preservação Permanente respectiva, bem como a preservação da nascente de água, e ainda sem evidência de supressão vegetal, de modo que não há qualquer dano ambiental, presente ou iminente, que justifique a intervenção do Poder Judiciário, aplicando-se assim o art. 26, caput, da Resolução n. 15/2007/PGJ.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00002223-8

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual pretensão do Município de Campo Grande em cobrar taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos domiciliares, a partir de 2018, juntamente com a tarifa de água e de esgotamento sanitário.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAÇÃO DE PRETENSÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE EM COBRAR TAXA DE COLETA, REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, A PARTIR DE 2018, JUNTAMENTE COM A TARIFA DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO - NÃO OCORRÊNCIA – CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO PARQUET – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil que apurou pretensão do Município de Campo Grande em cobrar taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos domiciliares, a partir de 2018, juntamente com a tarifa de água e esgotamento sanitário, uma vez não configurada tal tributação na forma anunciada, ante o cumprimento integral das recomendações exaradas pelo Parquet, com atuação ministerial resolutiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00002396-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Usias Ferreira Pires

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental em Área de Preservação Permanente, no imóvel rural denominado Chácara Amantes da Natureza, Estrada do Pantanal, no Município de Coxim/MS, de propriedade de Usias Ferreira Pires.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE COXIM - APURAÇÃO DE EVENTUAL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DE CRIAÇÃO DE PORCOS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - CESSAÇÃO DA ATIVIDADE NO CURSO DO PROCEDIMENTO - REGULARIDADE AMBIENTAL CONSTATADA EM VISTORIA REALIZADA PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - OBJETO EXAURIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Procede o arquivamento do Inquérito Civil instaurado com o fim de apurar degradação ambiental decorrente de criação de porcos em Área de Preservação Permanente, quando, no curso do procedimento, verificada, por meio de vistoria realizada pela Polícia Militar Ambiental, a regularidade ambiental, com a retirada dos animais e limpeza da propriedade, exaurindo-se assim o objeto investigado, com atuação resolutiva ministerial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil n. 06.2018.00001886-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leonardo Rodrigues Dourado

Assunto: Apurar eventuais irregularidades jurídico-ambientais encontradas em imóvel residencial de propriedade de Leonardo Rodrigues Dourado, o qual está servindo como depósito de resíduo sólido urbano, de modo a propiciar a proliferação de vetores de doenças, além de causar prejuízo ao meio ambiente e à saúde pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE COXIM - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS ENCONTRADAS EM IMÓVEL RESIDENCIAL - DEPÓSITO DE RESÍDUO SÓLIDO URBANO IRREGULARIDADES SANADAS NO CURSO DO PROCEDIMENTO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil no qual se verificou, no decorrer das investigações, que foram tomadas as devidas providências necessárias à limpeza e remoção de entulhos de imóvel residencial por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, revelando-se resolutiva a atuação ministerial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000021-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Projeto de Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Aquidauana (SOS Rios)

Requerido: Danies Biazzi

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel denominado Recanto do Lazer Lotes 34 e 35, localizado no Município de Dois Irmãos do Buriti, de propriedade de Danies Biazzi.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - APURAÇÃO DA REGULARIDADE AMBIENTAL DE IMÓVEL PERTENCENTE AO “PROJETO DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES QUE MARGEIAM O RIO AQUIDAUANA (SOS RIOS)” APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS SOLICITADOS EM REUNIÃO COLETIVA POR PARTE DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL INVESTIGADO - INEXISTÊNCIA DE DANO AMBIENTAL EVIDENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Acertada a promoção de arquivamento do Inquérito Civil instaurado com o fim de apurar a regularidade ambiental de

imóvel pertencente ao “Projeto de Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Aquidauana (SOS RIOS)”, quando, após diligências do Parquet, restaram apresentados aos autos os documentos solicitados em reunião coletiva, quais sejam: Anotação de Responsabilidade Técnica ART, CARMS0065400, Termo de Adesão ao Programa MS mais sustentável e Compromisso de Execução do PRADA, e o Projeto de Recuperação de Área de Degradada PRADA, não se constatando dano ambiental evidente na área investigada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

8. Inquérito Civil n. 06.2018.00000355-6 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

9. Inquérito Civil nº 06.2018.0000358-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Elito Rodrigues Fernandes

Requerido: Município de Figueirão

Assunto: Apurar irregularidades no Pregão Presencial 01/2018, Processo Administrativo 1.474/2017, que tem por objeto a contratação de empresa para transporte escolar no Município de Figueirão, especificamente sobre favorecimento e inabilitação de concorrentes, bem como sobre a revogação do certame.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO PREGÃO PRESENCIAL 01/2018, PROCESSO ADMINISTRATIVO 1.474/2017, QUE TEVE POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÃO, ESPECIFICAMENTE SOBRE FAVORECIMENTO E INABILITAÇÃO DE CONCORRENTES, BEM COMO SOBRE A REVOGAÇÃO DO CERTAME - NÃO COMPROVAÇÃO - MERA INOBSERVÂNCIA DOS TERMOS DO EDITAL LICITATÓRIO - QUESTÃO JUDICIALIZADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promove-se o arquivamento de Inquérito Civil quando, por meio de atos e diligências investigatórias do Órgão Ministerial, restou apontada apenas a mera inobservância aos termos do pregão presencial que teve por objeto a contratação de empresa para transporte escolar no Município de Figueirão, cuja questão encontra-se inclusive judicializada pela via de mandado de segurança.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

10. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000660-9 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001254-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Paranaíba e J.C. Grande Engenharia e Construções LTDA.

Assunto: Apurar eventual violação aos preceitos da Lei n. 6.766/79 no Loteamento Jardim Redentora dos Buritis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE PARANAÍBA - APURAÇÃO DE EVENTUAL VIOLAÇÃO AOS PRECEITOS DA LEI N. 6.766/79 NO LOTEAMENTO JARDIM REDENTORA DOS BURITIS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ACORDO POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO EM SISTEMA ELETRÔNICO SAJ/MP – APLICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES 005/2012/CPJ E 015/2007/PGJ – INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 09/2016/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. É medida de rigor o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar eventual violação aos preceitos da Lei n. 6.766/79 no Loteamento Jardim Redentora dos Buritis, localizado no Município de Paranaíba, quando, no curso de seu trâmite, celebra-se Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, restando apenas ao Órgão de Execução o acompanhamento e fiscalização do acordo, o que se dá por meio de Procedimento Administrativo instaurado no Sistema Eletrônico SAJ/MP, conforme dispõem as Resoluções n. 005/2012/CPJ e 015/2007/PGJ e o Enunciado n. 9/2016/CSMP.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00002088-8

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública

Assunto: Apurar falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSJ Zé Pereira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - APURAÇÃO DE FALTA DE PROFISSIONAIS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS E INSUMOS NA UBSJ ZÉ PEREIRA - IRREGULARIDADES SANADAS - UNIDADE DE SAÚDE EM PLENO FUNCIONAMENTO, SOB BOAS CONDIÇÕES DE LIMPEZA E ABASTECIDA COM PROFISSIONAIS, MATERIAIS E MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS AO SATISFATÓRIO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. É cabível o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Zé Pereira, vez que, após diligências do Parquet, constatou-se que a Unidade de Saúde se encontra em pleno funcionamento passando a atender em prédio novo, sob melhores condições de limpeza e abastecida com profissionais, materiais e medicamentos bastantes ao satisfatório serviço público de saúde.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

13. Inquérito Civil nº 25/2012

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ladário

Assunto: Acompanhar providências pela municipalidade de Ladário/MS e Câmara Municipal de Ladário/MS para regularização das doações de terrenos a populares sem os procedimentos legais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE LADÁRIO – ACOMPANHAMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE DOAÇÃO DE TERRENOS A POPULARES DANTES REALIZADO SEM A ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LEGAIS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA FISCALIZAÇÃO – APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO NORMATIVA N. 015/2007/PGJ – POSTERIOR CONSTATAÇÃO DA NECESSIDADE DE PROCEDER À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS ALUSIVOS IMÓVEIS – MATÉRIA SUJEITA À APURAÇÃO PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ – INTELIGÊNCIA DO ARTS. 9º E 10 DA LEI FEDERAL N. 13.465/2017 C/C ART. 16-C DA RESOLUÇÃO N. 018/2010/PGJ – LOCALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS MARCOS DIVISÓRIOS ENTRE OS MUNICÍPIOS DE CORUMBÁ E LADÁRIO – ATRIBUIÇÃO INVESTIGATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – INTELIGÊNCIA DO ART. 12, §§ 2º E 4º DO ADCT – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 16/2017/CSMP – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA. 1 - Uma vez firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, para acompanhar a regularização de doação de terreno a populares, dantes realizado sem a adoção dos procedimentos legais, resta ao Parquet apenas o seu acompanhamento e fiscalização no bojo do próprio procedimento preparatório, em nítida aplicação da parte final do Enunciado n. 9, de 1º de junho de 2016. 2 - A matéria de regularização fundiária diz respeito aos procedimentos referentes à habitação e urbanismo, envolvendo, no presente caso, a situação de núcleos urbanos informais, formados no Município de Ladário, já que a população contemplada com as doações não pode realizar a matrícula dos respectivos títulos no Cartório de Registro de Imóveis competente. Inteligência dos artigos 9º e 10 da Lei Federal n. 13.465/2017 c/c art. 16-C da Resolução n. 015/2010/PGJ. 3 – Quanto às linhas divisórias territoriais de Corumbá e Ladário, tem-se que esta matéria deve ser analisada pelo Ministério Público Federal, em razão da competência da União para determinar os limites de Municípios litigantes. Inteligência do art. 12, §§ 2º e 4º do ADCT. 4 – Atuação ministerial resolutiva.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.*

14. Inquérito Civil nº 4/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Auto Posto Cassilândia Ltda.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental provocado pela empresa Auto Posto Central.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA – DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE IRREGULARIDADES ESTRUTURAIS DE POSTO DE COMBUSTÍVEL – PROVIDÊNCIAS DE REGULARIZAÇÃO DEVIDAMENTE TOMADAS PELO REQUERIDO NO CURSO DO PROCEDIMENTO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquia-se o Inquérito Civil no qual se verifica, no decorrer das investigações, a adoção das providências necessárias à regularização das atividades em posto de combustíveis, mostrando-se resolutiva a atuação do Órgão Ministerial.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

15. Inquérito Civil nº 1/2015

5ª Promotoria de Justiça Execução Penal da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário-AGEPEN e o Estado de Mato Grosso do Sul
Assunto: Apurar eventual omissão na inclusão de dados e alimentação do sistema SIGO - Sistema Integrado de Gestão Operacional.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ – APURAÇÃO DE EVENTUAL OMISSÃO NA INCLUSÃO DE DADOS E ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO OPERACIONAL (SIGO) – CASO ISOLADO - COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA DOS SERVIDORES OPERANTES DO SISTEMA OPERACIONAL – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA Arquivase o Inquérito Civil no qual se apurou eventual omissão na inclusão de dados e alimentação do Sistema Integrado (SIGO) por servidores da AGEPEN, porém, após diligências ministeriais, restou comprovada a correta alimentação do sistema, não obstante a ausência de treinamento de tais servidores, sendo o fato apurado questão isolada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

16. Inquérito Civil nº 7/2016

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica

Assunto: Apurar situação precária das instalações destinadas às crianças do Centro de Educação Infantil, extensão na Escola Municipal Napoleão Batista de Albuquerque.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE ANGÉLICA – DENÚNCIA FEITA POR PESSOA QUE SE APRESENTOU PESSOALMENTE AO PROMOTOR DE JUSTIÇA SOLICITOU E TEVE GARANTIDA O RESGUARDO DE SUA IDENTIFICAÇÃO - APURAÇÃO DA SITUAÇÃO PRECÁRIA DAS INSTALAÇÕES DESTINADAS ÀS CRIANÇAS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, EXTENSÃO DA ESCOLA MUNICIPAL NAPOLEÃO BATISTA DE ALBUQUERQUE – IRREGULARIDADES SANADAS NO CURSO DO PROCEDIMENTO – COMPROVAÇÃO DO EFETIVO FUNCIONAMENTO DO LOCAL INVESTIGADO – OBRAS CONCLUÍDAS SOB ÀS EXIGÊNCIAS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, INCLUSIVE COM EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Vislumbra-se resolutive a atuação ministerial no Inquérito Civil instaurado para apurar situação precária das instalações de Centro de Educação Infantil (CEI), quando, respeitando o resguardo da identificação que se apresentou pessoalmente perante a Promotoria de Justiça, e após diligências de investigação, resta comprovado o efetivo funcionamento do local investigado, diante da conclusão das obras realizadas sob às exigências do Conselho Estadual de Educação e garantindo a salubridade do local.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

17. Inquérito Civil nº 56/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Imasul

Requerido: Wilson Pereira Teles

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal, sem devido licenciamento ambiental, e aproveitamento de material lenhoso, na propriedade denominada fazenda Santa Maria da Floresta.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MUNICÍPIO DE BONITO – APURAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO AMBIENTAL – APROVEITAMENTO DE MATERIAL LENHOSO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO - APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. 15/2007/PGJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N. 014/2017/CPJ – INTELIGÊNCIA DA PRIMEIRA PARTE DO ENUNCIADO N. 09/2016/CSMP – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Autoriza a promoção de arquivamento o Inquérito Civil instaurado com vistas a apurar a supressão vegetal sem o devido licenciamento ambiental e o aproveitamento de material lenhoso, porquanto instaurado Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o Termo de Ajustamento de Conduta outrora firmado com o fim de regularizar a propriedade investigada, revelando-se resolutive a atuação ministerial.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000059-5**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (gestão 2013)

Assunto: Apurar possíveis irregularidades existentes na execução do Plano Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - SAÚDE PÚBLICA - APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EXISTENTES NA EXECUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL - ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO POR SER IDÊNTICO AO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 06.2018.00002329-6 INSTAURADO PELA MESMA PROMOTORIA DE JUSTIÇA – LITISPENDÊNCIA - PRESENTE FEITO MAIS ANTIGO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 18 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS QUE DETERMINA A EXTINÇÃO DO FEITO MAIS RECENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA - REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA QUE PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO MAIS RECENTE. 1. Promoção de arquivamento fundamentada na identidade de objeto deste procedimento com o Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002329-6, que foi instaurado pela mesma Promotoria de Justiça, é mais novo e está em fase mais avançada de investigação. 2. Litispendência de procedimentos. Aplicação do Enunciado nº 18 do Conselho Superior do MPMS, que determina a extinção do feito mais recente. 3. Promoção de arquivamento não homologada. Retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que promova o arquivamento do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002329-6, que é mais recente que o presente procedimento 4. Continuidade das investigações neste feito, com a juntada dos elementos colhidos no Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002329-6, caso o órgão de execução entenda necessário.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e converteu o julgamento em diligência, nos termos do artigo 26, §5º, da Resolução nº 015/2007-PGJ e do artigo 10, §4º, inciso I, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, determinando a baixa dos autos ao órgão de execução de origem para que promova o arquivamento do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002329-6, que possui objeto idêntico a este feito e é mais recente, procedendo à continuidade das investigações neste procedimento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000442-5

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Fazenda

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Procedimento Licitatório nº 457/2015/DL/PMD, Concorrência Pública 12/2015, em que, em tese, foram habilitadas empresas que não atendiam plenamente o edital.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 457/2015/DL/PMD, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 12/2015, EM QUE, EM TESE, FORAM HABILITADAS EMPRESAS QUE NÃO ATENDIAM PLENAMENTE O EDITAL PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REGULAR - EQUÍVOCO DOS REPRESENTANTES - DESRESPEITO AO EDITAL – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, haja vista que o procedimento licitatório realizado pelo município de Dourados foi regular, ocorrendo equívoco por parte do representante da empresa Castro e Chibeni Ltda ME ao comparecer ao local designado no edital para realização da licitação após seu início. De igual modo, o representante da empresa Lety Obras Ltda EPP se equivocou por não apresentar corretamente a documentação exigida pelo edital do certame.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000695-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos Procedimentos Licitatórios nº 112/2009 e nº 111/2010, do município de Dourados-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS Nº112/2009 E Nº111/2010, DO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de

arquivamento homologada, haja vista que, realizadas todas as diligências, não foram constatadas quaisquer irregularidades nas licitações questionadas, inexistindo, por consequência, ato de improbidade administrativa.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000019-9

Promotoria de Justiça do Idoso e da Pessoa com Deficiência da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Viação Motta Ltda.

Assunto: apurar eventual irregularidade na prestação de serviços de transporte de passageiros, consistente na suposta limitação indevida do benefício referente à gratuidade de transporte do sistema intermunicipal de passageiros praticada, em tese, pela Viação Motta Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DEODÁPOLIS - DIREITOS HUMANOS - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, CONSISTENTE NA SUPOSTA LIMITAÇÃO INDEVIDA DO BENEFÍCIO REFERENTE À GRATUIDADE DE TRANSPORTE DO SISTEMA INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS PRATICADA, EM TESE, PELA VIAÇÃO MOTTA LTDA - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Não restou comprovado nos autos, o fato narrado na manifestação, tendo em vista o não acolhimento de elementos suficientes que permitam concluir a existência de qualquer irregularidade na gratuidade do transporte de passageiros entre o distrito de Porto Vilma, em Deodápolis-MS e o Município de Deodápolis-MS, notadamente porque, ao ser intimado o requerido não apresentou o comprovante do bilhete de passagem o qual teve que pagar, bem como a empresa Viação Motta, responsável pelo referido trajeto, informou que não foi localizado nenhum bilhete emitido em favor do requerido (fls. 58-59). Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00002383-7

9ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e Coordenadoria Geral de Perícias.

Assunto: Apurar as causas da inviabilidade de realização de exames toxicológicos em materiais biológicos pelo Instituto de Análises Laboratoriais Forense.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS - APURAR AS CAUSAS DA INVIABILIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAMES TOXICOLÓGICOS EM MATERIAIS BIOLÓGICOS PELO INSTITUTO DE ANÁLISES LABORATORIAIS FORENSE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NA LITISPENDÊNCIA FACE À TRAMITAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL COM MESMO OBJETO NO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL (GACEP) LITISPENDÊNCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 18 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS - ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO MAIS RECENTE - REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA QUE PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO MAIS RECENTE. 1. Promoção de arquivamento não homologada, em razão de tratar-se de procedimento mais antigo que o Inquérito Civil nº 06.2016.00001587-7 em face do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, proposto pelo GACEP, em conformidade com o que dispõe o enunciado nº 18 do Conselho Superior do MPMS, onde determina que em caso de duplicidade de procedimentos com o mesmo objeto e as mesmas partes, deve-se promover o arquivamento do procedimento mais recente. 2. Retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que promova o arquivamento do Inquérito Civil nº 06.2016.00001587-7, em trâmite no GAC CEP, o qual é mais recente que o presente procedimento. 3. Continuidade das investigações neste feito, com a juntada dos elementos colhidos no Inquérito Civil nº 06.2016.00001587-7, caso o órgão de execução entenda necessário.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, e converteu o julgamento em diligência, nos termos do artigo 26, §5º, da Resolução nº 015/2007-PGJ e do artigo 10, §4º, inciso I, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, determinando a baixa dos autos ao órgão de execução de origem para que, sem prejuízo de outras diligências que o órgão de execução entenda convenientes, promova o arquivamento do Inquérito Civil nº 06.2016.00001587-7, instaurado em momento posterior, mas com o mesmo objeto, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000309-0 – SIGILOSO

27ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000554-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Garcia de Freitas

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo ex-prefeito Municipal José Garcia de Freitas em razão do descumprimento da Lei Complementar Municipal n. 46 de 06 de abril de 2011 e Lei Complementar Municipal n. 47, de 9 de maio de 2011, do Município de Paranaíba.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PARANAÍBA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO EX-PREFEITO MUNICIPAL JOSÉ GARCIA DE FREITAS EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 46 DE 06 DE ABRIL DE 2011 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 47, DE 09 DE MAIO DE 2011, DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA - EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO POR PREFEITO, PRESCRITO AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Eventual ato de improbidade administrativa em virtude de descumprimento de Leis Complementares Municipais enquanto ocupava o cargo de Prefeito encontra-se prescrito, em virtude de ter transcorrido o lapso temporal de cinco anos do término do mandato, previsto no artigo 23, inciso I, da Lei 8.429/92. 2. Ausência de dano ao erário, haja vista que os benefícios seriam todos pagos pelo Município, em razão de cumprimento de decisão judicial. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000672-0

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade fiscal no estabelecimento comercial denominado “Parceria Produtos Agropecuários Ltda. - ME”.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE BANDEIRANTES - CONSUMIDOR - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE FISCAL NO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “PARCERIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME” - DENÚNCIA ANÔNIMA - DESPROVIDA DE VEROSSIMILHANÇA APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 14 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivamento justificado. Inconsistência da denúncia anônima que se limitou a fazer afirmações genéricas sem trazer elementos de prova. Aplicação do Enunciado nº 14 do Conselho Superior do MPMS. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00000865-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as circunstâncias da ausência de resposta, por parte do Chefe do Poder Executivo de Bandeirantes no ano de 2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BANDEIRANTES - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DA AUSÊNCIA DE RESPOSTA, POR PARTE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO DE BANDEIRANTES NO ANO DE 2017 - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, haja vista inexistir omissão dolosa por parte do Poder Executivo, apta a caracterizar ato de improbidade administrativa. No decorrer das investigações, o município de Bandeirantes-MS, assim com a Câmara Municipal encaminharam esclarecimentos ao órgão de execução acerca dos requerimentos e indicações formuladas pelo vereador Luís Fernando Sauer, informando que foram devidamente respondidos, ou solicitado prazo para apresentação de resposta.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001091-3 – SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social comarca de Bonito

Retirado de pauta a pedido do Relator.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001302-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Comunidade Terapêutica Abraçando Vidas e GEVISA.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades verificadas na prestação de serviços e bens de consumo pela Comunidade Terapêutica Abraçando Vidas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - CONSUMIDOR - APURAR EVENTUAIS - IRREGULARIDADES VERIFICADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E BENS DE CONSUMO PELA COMUNIDADE TERAPÊUTICA ABRAÇANDO VIDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES - PERDA DO OBJETO. Esgotou-se o objeto do presente inquérito civil, mediante comprovação de que foram encerradas as atividades da empresa requerida, em razão de ter sido interdita. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Inquérito Civil nº 19/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Vereadores Marcelo Abdo Soares, Adão de Oliveira Silva, Jeovane Félix de Oliveira, Jair Pereira Alves e Fabio Osório Ferreira

Assunto: Apurar a omissão Vereadores Marcelo Abdo Soares, Adão de Oliveira Silva, Jeovane Félix de Oliveira, Jair Pereira Alves e Fabio Osório Ferreira, que deixaram de praticar, indevidamente, ato de ofício, consistente em não investigar as infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito Municipal, sem motivação idônea, movidos provavelmente por interesses políticos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BANDEIRANTES – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR A OMISSÃO DOS VEREADORES MARCELO ABDO SOARES, ADÃO DE OLIVEIRA SILVA, JEOVANE FELIX DE OLIVEIRA, JAIR PEREIRA ALVES E FABIO OSÓRIO FERREIRA, QUE DEIXARAM DE PRATICAR, INDEVIDAMENTE, ATO DE OFÍCIO, CONSISTENTE EM NÃO INVESTIGAR AS INFORMAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS PRATICADAS PELO PREFEITO MUNICIPAL, SEM MOTIVAÇÃO IDÔNEA, MOVIDOS PROVAVELMENTE POR INTERESSES POLÍTICOS – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, haja vista não terem sido constatadas as irregularidades que deram ensejo as investigações. Restou apurado que trata-se de juízo político, na admissibilidade e no julgamento de mérito, onde é assegurado pela Constituição Federal, a inviolabilidade das razões que fundamentaram os votos dos requeridos, sendo de igual modo política, a sanção de cassação do mandato de prefeito. Ato de improbidade administrativa não configurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

13. Inquérito Civil nº 2/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em supostos gastos excessivos para compra de *softwares* sem código fonte para o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM SUPOSTOS GASTOS EXCESSIVOS PARA COMPRA DE SOFTWARES SEM CÓDIGO FONTE PARA O HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, haja vista que, realizadas todas as diligências, não foram constatadas quaisquer irregularidades na licitação questionada, inexistindo, por consequência, ato de improbidade administrativa.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

14. Inquérito Civil nº 9/2015

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Lei Municipal nº 1500/2015, que acrescentou o artigo 8ºA a Lei Municipal nº 362/1987, concedendo discricionariedade de aprovar loteamentos em área de expansão urbana localizados às margens do reservatório da Hidrelétrica de Ilha Solteira, independentemente da execução de todas as obras de infraestrutura estabelecidas pela lei municipal de parcelamento do solo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO – HABITAÇÃO E URBANISMO - APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA LEI MUNICIPAL Nº1.500/2015, QUE ACRESCENTOU O ARTIGO 8ºA À LEI MUNICIPAL Nº362/198, CONCEDENDO DISCRICIONARIEDADE DE APROVAR LOTEAMENTOS EM ÁREA DE EXPANSÃO URBANA LOCALIZADOS ÀS MARGENS DO RESERVATÓRIO DA HIDRELÉTRICA DE ILHA SOLTEIRA, INDEPENDENTEMENTE DA EXECUÇÃO DE TODAS AS OBRAS DE INFRAESTRUTURA ESTABELECIDAS PELA LEI MUNICIPAL DE PARCELAMENTO DO SOLO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivamento justificado. Não restou verificada situações que indicassem que os vereadores citados, tivessem recebido valores de origem dos representantes da empresa interessada no loteamento, bem como não foi identificada operação de lavagem de dinheiro pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF (fl. 248 e anexo II). Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001470-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar o descumprimento por parte da Prefeitura de Bonito/MS do direito de petição de servidores e cidadãos.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR O DESCUMPRIMENTO POR PARTE DA PREFEITURA DE BONITO/MS DO DIREITO DE PETIÇÃO DE SERVIDORES E CIDADÃOS - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL ACATADA - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto o Prefeito Municipal de Bonito informou o acatamento da Recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001560-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Chácara Três Libras, de propriedade de João Aires Martins Brunel

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Chácara Três Libras de propriedade do Sr. João Aires Martins Brunel, às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR DANO AMBIENTAL CAUSADO NO IMÓVEL CHÁCARA TRÊS LIBRAS DE PROPRIEDADE DO SR. JOÃO AIRES MARTINS BRUNEL, ÀS MARGENS DO RIO APA - LITISPENDÊNCIA - OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 18 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que os fatos apurados no presente procedimento estão abrangidos pelo objeto do Inquérito Civil n.º 06.2018.00001583-0, o qual foi instaurado para “apurar dano ambiental causado no imóvel Rancho Campestre, às margens do Rio Apa”, em data anterior a deste Inquérito Civil. Sobre o tema, este Colendo Conselho Superior do Ministério Público editou o Enunciado nº 18, o qual, estabelece que havendo a duplicidade de procedimentos, deverá ser arquivado o procedimento mais recente, trasladando-se os seus elementos probatórios para o mais antigo. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001611-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Condomínio Fortaleza, de propriedade de Leo Tales Fretes Ocampos

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Condomínio Fortaleza, de propriedade de Leo Tales Fretes Ocampos e outros, às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR DANO AMBIENTAL CAUSADO NO IMÓVEL FAZENDA CONDOMÍNIO FORTALEZA, DE PROPRIEDADE DE LEO TALES FRETES OCAMPOS E OUTROS, ÀS MARGENS DO RIO APA - LITISPENDÊNCIA - OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 18 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que os fatos apurados no presente procedimento estão abrangidos pelo objeto do Inquérito Civil n.º 06.2018.00001609-5, o qual foi instaurado para “apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Fortaleza de propriedade de Daniel Mariz Pinto Nunes Rondon e Outros, as margens do Rio Apa”, em data anterior a deste Inquérito Civil. Sobre o tema, este Colendo Conselho Superior do Ministério Público editou o Enunciado nº 18, o qual, estabelece que havendo a duplicidade de procedimentos, deverá ser arquivado o procedimento mais recente, trasladando-se os seus elementos probatórios para o mais antigo. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002158-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar supostas irregularidades na nomeação de enfermeiros em cargo de confiança em vagas para as quais existem aprovados em concurso válido.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA NOMEAÇÃO DE ENFERMEIROS EM CARGO DE CONFIANÇA EM VAGAS PARA AS QUAIS EXISTEM APROVADOS EM CONCURSO VÁLIDO – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, as irregularidades apontadas pelo denunciante anônimo não se confirmaram, uma vez que não restou comprovada a contratação de enfermeiros fora do número de vagas previstas no Edital n.º 22/2016, que não sejam efetivos pelo Município de Bodoquena. Infere-se que o Município de Bodoquena realizou concurso público, para cargos de enfermeiros de provimento efetivo, para o preenchimento de 04 (quatro) vagas, as quais foram devidamente preenchidas pelos candidatos aprovados, inexistindo, portanto, enfermeiros contratados de forma irregular, ou seja, servidores temporários. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002581-7

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ótica do Servidor - Leonora Martins de Souza - ME

Assunto: Firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa Ótica do Servidor (Leonora Martins de Souza ME).

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - FIRMAR TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM A EMPRESA ÓTICA DO SERVIDOR (LEONORA MARTINS DE SOUZA ME) - COMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com a requerida, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução n.º 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que instaurou o Procedimento Administrativo n.º 09.2018.00003528-1, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002672-7

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Suziane Aparecida Santos da Silva - Ótica Aero Rancho.

Assunto: Firmar Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa Suziane

Aparecida Santos da Silva (Ótica Aero Rancho).

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - FIRMAR TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM A

EMPRESA SUZIANE APARECIDA SANTOS DA SILVA (ÓTICA AERO RANCHO) - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com a requerida, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução n.º 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que instaurou o Procedimento Administrativo n.º 09.2018.00003531-5, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 7/2012

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Alvorada do Sul

Assunto: Fiscalização dos procedimentos a serem adotados pelo município de Nova Alvorada do Sul para regularização das condições de funcionamento do Conselho Tutelar.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – FISCALIZAR OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELO MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL PARA REGULARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DA COMARCA – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TAC – IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, mediante assinatura e cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 14-A/2012

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Paranaíba

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no pagamento de diárias aos vereadores do município de Paranaíba na legislatura compreendida no interstício de 2009/2012.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA NA LEGISLATURA COMPREENDIDA NO INTERSTÍCIO DE 2009/2012 – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não restaram configurados atos de improbidade administrativa pelos Vereadores de Paranaíba, pois demonstrou-se que o pagamento das diárias se deu de forma regular. Além disso, a Auditoria do Tribunal de Contas Estadual constatou que houve o pagamento de diárias no período de recesso legislativo de 2010, 2011 e 2012, porém, tais pagamentos não consubstanciam em malversação de dinheiro público, uma vez que comprovada a realização das viagens e demonstrada a finalidade pública, pois mesmo no recesso os vereadores continuam exercendo função legislativa. Ressalta-se que as diárias foram procedidas de Relatório de Viagem e Nota de Empenho, além disso anexo a tais documentos foram juntadas declarações e atestados firmados por autoridades públicas confirmando as visitas realizadas no interesse público. Por fim, ressalta-se que a má-fé e dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento, tendo em vista que a prova documental juntada aos autos demonstra que houve o deslocamento dos Parlamentares a fim de tratar de interesses do Município de Paranaíba. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 14/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Lídia Lopes de Almeida e o município de Terenos

Assunto: Apurar eventual participação de servidora pública do município de Terenos em licitação com o respectivo ente

federado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERENOS EM LICITAÇÃO COM O RESPECTIVO ENTE FEDERADO – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não restaram configurados atos de improbidade administrativa no caso em apreço, uma vez que a participação da servidora pública municipal de Terenos, Lidia Lopes de Almeida, no processo licitatório para a contratação de serviços contábeis para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Terenos – IAPESEM, ocorreu de forma regular, pois a servidora foi contratada pelo citado Instituto e não pela Prefeitura Municipal. Ademais, constatou-se que o processo licitatório contou com a participação dos concorrentes Nelson Lopes Bica e Marivaldo Silva de Souza, não se configurando quaisquer vantagens à servidora em questão, que concorreu em igualdade de condições com os demais participantes. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 14/2014

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Secretaria Estadual de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a capacidade do Hospital de Câncer Alfredo Abrão absorver a demanda de pacientes oncológicos oriunda do Hospital Santa Casa, em razão do fechamento do setor de oncologia deste hospital.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A CAPACIDADE DO HOSPITAL DO CÂNCER EM ABSORVER TODA A DEMANDA DE PACIENTES ONCOLÓGICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL ATENDIDOS PELO SUS – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto os fatos denunciados não foram comprovados, uma vez que não houve o fechamento do Setor de Oncologia do Hospital Santa Casa, assim como que o referido Hospital adotou as providências necessárias para a continuidade dos serviços de oncologia, renovando sua habilitação como Unidade de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON no Ministério da Saúde, sendo desnecessária, portanto, a apuração da capacidade do Hospital do Câncer de atender os pacientes que necessitam desse tipo de tratamento. Ressalta-se que o Hospital Santa Casa renovou o contrato de prestação de serviços de radioterapia com a empresa Radius em 28/02/2018, pelo prazo de 12 (doze) meses, garantindo, com isso, a continuidade na prestação dos serviços. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 17/2013

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Daniele da Silva Santos

Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar denúncia de possível irregularidade no Processo Administrativo nº 063/2013, para contratação de empresa jornalística destinada à publicação dos atos oficiais do Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DENÚNCIA DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2013, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, as irregularidades apontadas pela denunciante não se confirmaram, uma vez que restou demonstrado que a revogação do Pregão 103/2012 ocorreu de forma regular, com as devidas justificativas pelo executivo municipal, assim como não foi constatada irregularidade no processo administrativo nº 063/2013 – Carta Convite. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

12. Inquérito Civil nº 1/2017

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maurílio Ferreira Azambuja

Assunto: Apurar existência de eventuais atos de improbidade administrativa praticado pelo atual Prefeito de Maracaju, oriundos de esquema de desvio de dinheiro público, conforme denúncia registrada por Jairo Fernandes Silveira junto ao GAECO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A EXISTÊNCIA DE EVENTUAIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS PELO ATUAL PREFEITO DE MARACAJU, ORIUNDOS DE ESQUEMA DE DESVIO DE DINHEIRO PÚBLICO, CONFORME DENÚNCIA REGISTRADA POR JAIRO FERNANDES SILVEIRA JUNTO AO GAECO – MULTIPLICIDADE DE OBJETOS – OBJETO ESGOTADO COM RELAÇÃO AOS ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 14 E 16 – DESMEMBRAMENTO E CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES COM RELAÇÃO AOS FATOS DENUNCIADOS NOS ITENS 09, 10, 11, 12, 13 E 15 – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado com relação aos fatos denunciados nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 14 e 16, uma vez que não foram comprovados atos de improbidade administrativa. No que se refere aos itens 09, 10, 11, 12, 13 e 15, constatou-se a necessidade de promover outras diligências para maior elucidação dos fatos, determinando-se o desmembramento do presente Inquérito Civil e os registros de novos Inquéritos Cíveis para a continuidade das investigações. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento parcial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento parcial, nos termos do voto da Relatora.

7.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002308-1

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul

Requerido: Pedro Coelho Oliveira

Assunto: Apurar eventual dano ambiental proveniente de lançamento, em via pública, de resíduos provenientes da lavagem de tambores plásticos com produtos químicos, perpetrado (supostamente) por Pedro Coelho de Oliveira.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002379-2 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000938-3

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível oferta irregular de transporte escolar por parte do Município e do Estado.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001951-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Núcleo Ambiental do MPMS

Requerido: Pampa Com. Imp. Exp. de Produtos Alimentícios Ltda.

Assunto: Apurar a operação da empresa Pampa Com. Imp. Exp. de Produtos Alimentícios Ltda no Estado de Mato Grosso do Sul sem o devido registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000252-4

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Promotor de Justiça: Fernando Marcelo Peixoto Lanza

Assunto: Apurar eventual responsabilidade por indigitado descumprimento de decisão judicial que garantiu o direito à realização de procedimento de cateterismo em favor do idoso João Vieira da Silva.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.

Campo Grande, 11 de dezembro de 2018.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA

Procuradora de Justiça

Secretária Substituta do Conselho Superior do MP

ESCOLA SUPERIOR

AVISO Nº 030/2018-GED

XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Presidente da Comissão do XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, **TORNA PÚBLICA** a:

DESISTÊNCIA da vaga de estagiária das candidatas aprovadas no referido Processo de Seleção, para comarca de Campo Grande, **FERNANDA NANDES RIBEIRO**, aprovada em 1º lugar, do curso de Engenharia Civil, nível graduação e **IRENE DOS SANTOS SILVA**, aprovada em 1º lugar, do curso de Segurança do Trabalho, nível graduação, convocadas através do Aviso de Convocação nº 028/2018-GED, publicado no DOMP nº 1867, de 29 de novembro de 2018.

DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA da vaga de estagiário dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no referido Processo de Seleção e convocados através do Aviso de Convocação nº 028/2018-GED, publicado no DOMP nº 1867, de 29 de novembro de 2018, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados nos termos do item 7 do Capítulo X – Da Convocação e Admissão – do Edital nº 001/2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018:

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	POSIÇÃO
Campo Grande	Administração – Nível Pós-Graduação	Valéria Rosa da Costa da Silva	1º
Campo Grande	Administração – Nível Graduação	Gabriel Barbosa da Silva	6º
Campo Grande	Engenharia Elétrica – Nível Graduação	Gustavo Vargas de Souza	2º
Paranaíba	Ensino Médio	Ana Carolina Marques Mangueira de Souza	2º

DECADÊNCIA do direito de ser empossado dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no referido Processo de Seleção, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 028/2018-GED, publicado no DOMP nº 1867, de 29 de novembro de 2018.

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	POSIÇÃO
Bonito	Ensino Médio	Arthur Augusto Marques Barros	4º
Nova Andradina	Ensino Médio	Emily de Souza Lima Batista	3º

Campo Grande, 11 de dezembro de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Presidente da Comissão

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 43/PGJ/2018 - Processo n.º PGJ/10/3518/2018.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de jardinagem, de natureza continuada, compreendendo a manutenção, reforma e limpeza de áreas verdes, bem como jardins internos e externos, vasos com plantas ornamentais e áreas não urbanizadas do MP/MS, incluindo mão-de-obra, fornecimento de uniformes, EPIs, materiais e insumos, e o emprego de ferramentas e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.

Vencedora: Brilhar Serviços Terceirizados Eireli, para o item 1 do certame, no valor unitário de R\$ 304.650,00.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do edital.

Campo Grande, 11 de dezembro de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, com referência à Licitação Pregão Eletrônico nº 5/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/3997/2018), (destinado à contratação de empresa seguradora para cobertura de seguro dos prédios do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo período de 12 meses), a sessão de abertura dos envelopes foi suspensa para reanálise das condições do edital.

Campo Grande, 11 de dezembro de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000171 DE 07.12.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4482/2018.**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 14 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca/modelo: ELGIN MINI ORANGE, (item 12.1, lote 12).

Valor: R\$ 1.197,00 (um mil, cento e noventa e sete reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000171 de 07.12.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

Extrato do Termo de Cooperação Técnica e Científica celebrado entre o **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**; o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Conselheiro Presidente, **Waldir Neves Barbosa**; e a **AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL**, representada por seu Presidente, **Youssif Assis Domingos**.

Processo nº PGJ/10/3926/2018.

Objeto: Promoção de intercâmbio, interação e complementação de atividades entre as partes, de forma a orientar os Municípios e Concessionárias para a melhoria de gestão e prestação de serviços na área de saneamento, em especial, de água e esgoto, nos termos da Lei Federal n. 11.445/2007 e outros instrumentos legais correlatos.

Amparo Legal: Decreto Estadual nº 11.261/2003; Lei Federal nº 8.666/93; e Lei Federal nº 11.445/2007.

Vigência: 24.09.2018 a 24.09.2020.

Data da assinatura: 24 de setembro 2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/PGJ/2018**PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/PGJ/2018**

DO OBJETO: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de materiais para instalações hidrossanitárias, ofertados pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Caixa d'água, fabricada em polietileno, cor azul, capacidade de 1.000 litros, redonda, com tampa. Medidas aproximadas: altura com tampa: 0,94 metros, diâmetro com tampa 1,52 metros, diâmetro da base 1,21 metros admitindo-se variação de 10 cm para mais ou para menos. Marcas de referência: Tigre, Fortlev, Amanco e Bakof Tec. Marca:	Unidade	50	Não registrado
2	Luva de correr em PVC, diâmetro 25 mm, para tubo soldável marrom, incluso anéis de borracha para vedação, 2 por peça. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	150	8,67
3	Luva de correr em PVC, diâmetro 32 mm, para tubo soldável marrom, incluso anéis de borracha para vedação, 2 por peça. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	100	15,14
4	Luva de correr em PVC, diâmetro 40 mm, para tubo soldável marrom, incluso anéis de borracha, para vedação, 2 por peça. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	100	21,00

5	Luva de correr em PVC, diâmetro 50 mm, para tubo soldável marrom, incluso anéis de borracha para vedação, 2 por peça. Em conformidade com a ABNT 5648. Marca de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	50	22,45
6	Luva de correr em PVC, diâmetro 60 mm, para tubo soldável marrom, incluso anéis de borracha para vedação, 2 por peça. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	30	28,99
7	Luva soldável, 25mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	150	0,48
8	Luva soldável, 32mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	100	1,25
9	Luva soldável, 40mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	100	2,00
10	Luva soldável 50mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	50	3,30
11	Luva soldável 60mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	30	10,80
12	Joelho 90° soldável, 25mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	150	0,45
13	Joelho 90° soldável, 32mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona.	Unidade	100	1,88

	Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.			
14	Joelho 90° soldável, 40mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	100	3,15
15	Joelho 90° soldável, 50mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	50	3,49
16	Joelho 90° soldável, 60mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	30	19,00
17	Joelho 45° soldável, 25mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	150	0,73
18	Joelho 45° soldável, 32mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	100	2,50
19	Joelho 45° soldável, 40mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	100	4,75
20	Joelho 45° soldável, 50mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	50	4,30
21	Joelho 45° soldável, 60mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	30	23,00
22	Tê soldável, 25mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.	Unidade	150	0,77

	<p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>			
23	<p>Tê soldável, 32mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	100	2,90
24	<p>Tê soldável, 40mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	100	7,90
25	<p>Tê soldável, 50mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	50	6,00
26	<p>Tê soldável, 60mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	30	22,48
27	<p>Cap soldável, 25mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	150	1,05
28	<p>Cap soldável, 32mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	100	1,20
29	<p>Cap soldável, 40mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	100	2,10
30	<p>Cap soldável, 50mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	50	5,90
31	<p>Cap soldável, 60mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p>	Unidade	30	9,10

	<p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>			
32	<p>Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro, 25mm x 3/4" (polegadas), em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	50	0,65
33	<p>Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro, 32mm x 1" (polegada), em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	50	1,68
34	<p>Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro, 40mm x 1 1/4" (polegadas), em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	50	2,70
35	<p>Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro, 50mm x 1 1/2" (polegadas), em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	50	3,50
36	<p>Joelho 90° soldável (LR), 25mm x 1/2" (polegadas), em PVC, com bucha de redução em latão. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	50	3,70
37	<p>Tubo soldável marrom, 25mm, em PVC, para água fria, resistente a pressão de 75 m.c.a. ou superior. Barra com 3 (três) metros. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	100	11,20
38	<p>Tubo soldável marrom, 32mm, em PVC, para água fria, resistente a pressão de 75 m.c.a. ou superior. Barra com 3 (três) metros. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	100	34,60
39	<p>Tubo soldável marrom, 40mm, em PVC, para água fria, resistente a pressão de 75 m.c.a. ou superior. Barra com 3 (três) metros. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p>	Unidade	100	46,90

	Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.			
40	Tubo soldável marrom, 50mm, em PVC, para água fria, resistente a pressão de 75 m.c.a. ou superior. Barra com 3 (três) metros. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	50	46,00
41	Tubo soldável marrom, 60mm, em PVC, para água fria, resistente a pressão de 75 m.c.a. ou superior. Barra com 3 (três) metros. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: _____	Unidade	30	Não registrado
42	Adesivo plástico para PVC, fabricado à base de mistura de solventes, formaldeídos, cetonas e resina de PVC. Densidade 0,880 g/cm³ a 25°C ou superior. Bisnaga de 75g. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Amanco. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	100	4,90
43	Adesivo plástico para PVC, fabricado à base de mistura de solventes, formaldeídos, cetonas e resina de PVC. Densidade 0,880 g/cm³ a 25°C ou superior. Frasco de 175 g. Densidade 0,880 g/cm³ a 25°C. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Amanco. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	150	14,60
44	Adesivo plástico para PVC, fabricado à base de mistura de solventes, formaldeídos, cetonas e resina de PVC. Densidade 0,880 g/cm³ a 25°C ou superior. Frasco de 850g, Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Amanco. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	100	49,38
45	Lixa em folha, 225 mm x 275 mm, 100 grãos, tipo lixa d'água. Pacote de 50 folhas. Marca: Tatu. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Pacote	50	102,00
46	Solução preparadora à base de misturas de solventes, cetonas, para limpeza e preparação de superfícies de PVC, para execução da solda a frio com adesivo plástico para PVC. Frasco de 1 litro. Marca: _____	Frasco	100	Não registrado
47	Torneira de boia com sede anticorrosiva, em liga de cobre, diâmetro 1/2"(polegadas), suporta pressão de funcionamento de até 150 m.c.a. Em conformidade com NBR 14534. Marca: _____	Unidade	50	Não registrado
48	Torneira de boia com sede anticorrosiva, em liga de cobre, diâmetro 3/4" (polegadas), suporta pressão de funcionamento de até 150 m.c.a. Em conformidade com a NBR 14534. Marca: Tigre. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	50	50,85
49	Torneira de boia com sede anticorrosiva, em liga de cobre, diâmetro 1 1/4"(polegadas)suporta pressão de funcionamento de até 150 m.c.a. Em conformidade com a NBR 14534.	Unidade	30	150,00

	<p>Marca: Garden.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>			
50	<p>Fita veda rosca de 18mm, fabricada base de resina PTFE - politetrafluoretileno, não sintetizado, espessura 0,07 mm ou superior cor branca, para vedação de juntas roscáveis (PVC, CPVC ou metal), utilização em instalações de água fria e quente. Densidade: 0,30g/cm³ ou superior. Em conformidade com a ABNT NBR 13124. Rolo de 50 metros.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Tigre.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Rolo	150	12,85
51	<p>Registro de esfera, metálico, com passagem total f/f, com alavanca, bitola de 3/4"(polegadas). Suporta pressão de serviço de até 75 m.c.a.</p> <p>Marca: Brasfort.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	25	47,30
52	<p>Registro de esfera, metálico, com passagem total f/f, com alavanca, bitola de 1"(polegada). Suporta pressão de serviço de até 75 m.c.a.</p> <p>Marca: Deca.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	25	61,72
53	<p>Registro de esfera metálico, com passagem total f/f, com alavanca, bitola de 1 1/4"(polegadas). Suporta pressão de serviço de até 75 m.c.a.</p> <p>Marca: Deca.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	15	88,28
54	<p>Registro de esfera, metálico, com passagem total f/f, com alavanca, bitola de 1 1/2"(polegadas). Suporta pressão de serviço de até 75 m.c.a.</p> <p>Marca: _____</p>	Unidade	15	Não registrado
55	<p>Registro de esfera, metálico, com passagem total f/f, com alavanca, bitola de 2" (polegadas). Suporta pressão de serviço de até 75 m.c.a.</p> <p>Marca: _____</p>	Unidade	15	Não registrado
56	<p>Registro de gaveta, sem acabamento, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 3/4"(polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Compatível com acabamento marca Deca.</p> <p>Marca: Deca.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	25	32,95
57	<p>Registro de gaveta, sem acabamento, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 1"(polegada), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Compatível com acabamento marca Deca.</p> <p>Marca: Deca.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.</p>	Unidade	25	38,80
58	<p>Registro de gaveta, sem acabamento, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 1 1/4"(polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Compatível com acabamento marca Deca.</p> <p>Marca: Deca.</p>	Unidade	15	62,00

	Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.			
59	Registro de gaveta, sem acabamento, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 1 1/2" (polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Compatível com acabamento marca Deca. Marca: Deca. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI – ME.	Unidade	15	69,50
60	Registro de gaveta, sem acabamento, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 2" (polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Compatível com acabamento marca Deca. Marca: _____	Unidade	15	Não registrado
61	Registro de gaveta, bruto, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 3/4" (polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Marcas de referência: Deca, Docol e Fabrimar. Marca: _____	Unidade	25	Não registrado
62	Registro de gaveta, bruto, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 1" (polegada), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Marcas de referência: Deca, Docol e Fabrimar. Marca: _____	Unidade	25	Não registrado
63	Registro de gaveta, bruto, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 1 1/4" (polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Marcas de referência: Deca, Docol e Fabrimar. Marca: _____	Unidade	15	Não registrado
64	Registro de gaveta, bruto, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 1 1/2" (polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Marcas de referência: Deca, Docol e Fabrimar. Marca: _____	Unidade	15	Não registrado
65	Registro de gaveta, bruto, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 2" (polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Marcas de referência: Deca, Docol e Fabrimar. Marca: _____	Unidade	15	Não registrado
66	Válvula de descarga, 1 1/2" (polegadas), com registro integrado, para fechamento e regulação da vazão. Sistema autolimpante que dispensa lubrificação. Sistema hidromecânico para abertura imediata e total da válvula, fechamento automático. Instalação: embutida na parede. Manutenção pela abertura frontal da válvula de descarga. marca Deca, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: _____	Unidade	30	Não registrado

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de dezembro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0055/2018/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003653-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rede MS Integração de Rádio e Televisão Ltda.

Objeto(s): Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do termo de ajustamento de conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2017.00002214-9.

Campo Grande, 10 de dezembro de 2018

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0056/2018/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004230-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Germano Abreu da Silva, Oshita Empreendimentos Imobiliários Ltda., Mauro Melinsck, Claudelina Vicente Melinsck, P & G Construções Ltda., JP-MI Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Objeto(s): Fiscalizar o cumprimento do acordo judicial firmado nos autos da ação civil pública nº 0900245-46.2018.8.12.0001.

Campo Grande, 10 de dezembro de 2018

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

DOURADOS**EDITAL N. 0017/2018/17PJ/DOS**

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00004504-6

Requerente(s): Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): Município de Dourados.

Assunto: Acompanhar o TAC celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e o Município de Dourados/MS.

Dourados/MS, 05 de dezembro de 2018.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

EDITAL 0022/2018/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados toma pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003296-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul – CASSEMS/CTCD

Assunto: Apurar as causas que deram ensejo às inconformidades apontadas no Relatório de Visita Técnica n. 277 de 2018, realizado pelo Componente Municipal de Auditoria SUS no Hospital CASSEMS/CTCD, bem como produzir medidas resolutivas à sua superação.

Dourados, 07 de dezembro de 2018.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0113/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00003425-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Taipa Ltda

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Taturi (IC 16/2012).

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 16/2012/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 10 de dezembro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0114/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00003427-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dirceu Luiz Lanzarini

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Palmeira (IC 55/2012)

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 55/2012/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 10 de dezembro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0115/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00003429-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sergio Antonio Menegatti

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Quedas D'água (IC 44.2012).

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 44/2012/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 10 de dezembro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0116/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00003431-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura de Coronel Sapucaia

Objeto: Apurar notícias de eventual falha ou falta de serviço público de saúde, no município de Coronel Sapucaia (IC 22/2015.)

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 22/2015/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 10 de dezembro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

MUNDO NOVO

EDITAL ICP N.º 06.2018.00003451-6

A Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Mundo Novo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00003451-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Erminio Vendrusculo

Assunto: Eventuais danos ambientais na propriedade do requerido Erminio Vendrusculo, noticiados nos autos de infrações números 23106 e 23108/PMA/IMASUL, bem como promover medidas necessárias a recuperação e reparação ambiental (Conversão do ICP 002/2017).

Mundo Novo/MS, 10 de dezembro de 2018.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO

Promotora de Justiça

EDITAL ICP N.º 06.2018.00003452-7

A Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Mundo Novo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00003452-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Orlando Francisco Da Silva

Assunto: Eventuais danos ambientais na propriedade do requerido Orlando Francisco da Silva, noticiada nos autos de infrações números 23103 e 23104/PMA/IMASUL, bem como promover medidas necessárias a recuperação e reparação ambiental. (Conversão do ICP 001/2017).

Mundo Novo/MS, 10 de dezembro de 2018.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ELDORADO

EDITAL N.º 0008/2018/PJ/EDD

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00003418-2 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil: n.º 06.2018.00003418-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A Apurar

Assunto: Sigiloso

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n.º 10/2016 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução n.º 014/2017/CPJ/MP/MPMS.

Eldorado/MS, 10 de dezembro de 2018

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 0009/2018/PJ/EDD

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00003419-3 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil: n.º 06.2018.00003419-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Eldorado

Assunto: Apurar o descumprimento das determinações contidas no Decreto n.º 5296/2004, pelo Município de Eldorado, em virtude de suposta violação às regras de acessibilidade arquitetônica no Centro Educacional de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n.º 08/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução n.º 014/2017/CPJ/MP/MPMS.

Eldorado/MS, 10 de dezembro de 2018

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0010/2018/PJ/EDD

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00003420-5 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil: nº 06.2018.00003420-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar gasto público, supostamente indevido, com locação de máquinas e equipamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Eldorado, no valor de R\$ 354.002,64.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n.05/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MP/MPMS.

Eldorado/MS, 10 de dezembro de 2018

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça